

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a
ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia
em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de
4 rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa
comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde
moramos, quem amamos e como morremos.

7 À primeira vista, a modernidade parece ser um
contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam
compreender no que exatamente se inscreveram. É como se
10 você tivesse baixado algum *software* e ele te solicitasse assinar
um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá
uma olhada nele, passa imediatamente para a última página,
13 tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade,
de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato
interno pode ser resumido em uma única frase: humanos
16 concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus*: uma breve história do amanhã.
São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “tica em ‘concordo’” (l.13), o verbo **ticar** é sinônimo de **clicar**, mas difere deste por ser de uso informal.
- 2 As formas pronominais em “rescindi-lo” e “transcendê-lo”, na linha 4, referem-se, respectivamente, a “contrato” (l.1) e a “dia” (l.2).
- 3 O texto apresenta estratégia argumentativa que visa aproximar o leitor das ideias desenvolvidas pelo autor.
- 4 No trecho “poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram” (l. 8 e 9), a substituição de “no que” por **o que** comprometeria a correção gramatical do texto.
- 5 O termo ‘juridiquês’ (l.11) não faz parte do vocabulário oficial da língua portuguesa, contudo seu emprego não compromete a correção gramatical e está adequado ao nível de formalidade do texto.
- 6 Infere-se do texto que a modernidade impele o ser humano a tomar decisões com as quais ele não concorda.
- 7 A vírgula empregada na linha 2 tem a finalidade de demarcar uma relação de oposição entre as orações “Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos” (l. 1 e 2) e “e ele regula nossa vida até o dia em que morremos” (l. 2 e 3).

1 Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na
região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel
até Barra do Pirai, onde pegávamos um carro de boi.
4 Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais,
com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho
ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da
7 minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que
minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia
um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me
10 sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para
usar no dia seguinte.

Jô Soares. *O livro de Jô*: uma autobiografia
desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue os itens a seguir.

- 8 A retirada da vírgula empregada na linha 1 alteraria os sentidos originais do primeiro período do texto.
- 9 As formas ‘Xô’ e ‘Vâmu’, na linha 5, são marcas de oralidade e reproduzem a informalidade da fala do condutor do carro de boi.
- 10 A retirada do sinal indicativo de crase em “às gargalhadas” (l.7) preservaria os sentidos e a correção gramatical do texto.
- 11 A substituição do conectivo “porque” (l.10) por **pois** manteria os sentidos originais do texto.
- 12 O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.
- 13 A palavra “capricho” (l.8) está empregada no texto com o mesmo sentido de **zelo**.
- 14 O termo “lá” (l.6) remete à fazenda da Jureia, onde a personagem vivenciou as experiências relatadas no texto.

A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 15 Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.
- 16 A administração pública direta reflete uma administração centralizada, enquanto a administração indireta reflete uma administração descentralizada.

Considerando a Lei Estadual n.º 6.123/1968, que instituiu o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

- 17 O valor da retribuição de funções gratificadas será estabelecido por decreto do Poder Executivo.
- 18 Desvio de função acarretará aumento do vencimento do servidor e sua reclassificação.
- 19 Para o exercício de cargo de natureza científica, são exigidas, concomitantemente, habilitação profissional e aplicação indispensável de conhecimentos especializados no desempenho de suas atribuições.

Acerca de contratos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 20 A teoria do fato do príncipe permite que um Estado contratante, mediante ato lícito, modifique as condições do contrato, de modo a provocar prejuízo ao contratado.
- 21 A comutatividade representa a equivalência entre as obrigações previamente ajustadas pelas partes contratantes.

No que se refere ao controle da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 22 Tribunais de contas estaduais têm competência para julgar as contas do governador do respectivo estado.
- 23 O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.

Considerando a Lei n.º 8.429/1992 e a Lei Estadual n.º 11.781/2000 — que trata de processo administrativo estadual —, julgue os próximos itens, a respeito de improbidade administrativa.

- 24 Servidor público que aja negligentemente na fiscalização das prestações de contas de parceria firmada pela administração pública com entidade privada cometerá ato de improbidade administrativa.
- 25 No âmbito da administração pública estadual, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos poderão ser objeto de delegação, desde que seja observada a forma prevista na lei.

No que se refere aos direitos individuais e à aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, julgue os itens a seguir.

- 26 É garantido ao defensor de investigado o pleno acesso aos documentos já anexados ao procedimento investigatório, mesmo que o inquérito policial esteja classificado como sigiloso.
- 27 É nula a sentença condenatória fundamentada exclusivamente em elementos colhidos em inquérito policial.
- 28 A ausência de assistência técnica de advogado durante processo administrativo disciplinar torna o processo nulo.

A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, julgue os itens seguintes.

- 29 A adoção do modelo proporcional em eleições de deputados fere o princípio da eleição direta, pois a eleição de um deputado não deve depender dos votos recebidos por outros candidatos do partido ou por sua legenda.
- 30 Direitos políticos ativos são os direitos políticos que permitem ao cidadão candidatar-se e receber votos para um cargo eletivo.

Acerca da organização político-administrativa do Brasil nos moldes da Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsecutivos.

- 31 Por gozar de autonomia, o Distrito Federal pode auto-organizar-se por meio de lei orgânica própria.
- 32 Para garantir a execução de decisão judicial, o presidente da República, de ofício, pode decretar intervenção federal.

Com relação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os próximos itens.

- 33 O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- 34 Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

No que se refere ao Ministério Público, julgue os itens subsequentes.

- 35 Procurador-geral de estado pode ser destituído por ato de governador, conforme lei complementar.
- 36 O exercício da advocacia e de atividade político-partidária é vedado aos membros do Ministério Público.

Considerando as Leis n.º 12.846/2013 e n.º 16.309/2018, que tratam, respectivamente, de responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e do processo administrativo de responsabilização (PAR), julgue os itens a seguir.

- 37 O PAR é um procedimento preliminar, de caráter sigiloso e não punitivo, destinado a apurar os indícios de autoria e materialidade de atos lesivos à administração pública.
- 38 A responsabilidade civil das pessoas jurídicas é subjetiva; depende, portanto, da análise de dolo ou culpa na prática da conduta lesiva.
- 39 A responsabilização por atos ilícitos apurados, cometidos por pessoas naturais que exercem a administração de sociedades empresárias, será aplicada conforme a culpabilidade da pessoa.
- 40 Para apurar ilícitos administrativos lesivos a licitações e contratos públicos, admite-se ao Poder Executivo estadual celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas que tenham participado do certame, desde que a colaboração dessas seja efetiva.
- 41 A responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Acerca de improbidade administrativa, julgue os itens subsecutivos.

- 42 Comete ato de improbidade administrativa o agente público que, em razão do exercício de sua função, é beneficiado com a aquisição de imóvel cujo valor seja desproporcionalmente superior à evolução de sua renda ou patrimônio.
- 43 O agente público que nega publicidade de atos administrativos oficiais comete ato ímprobo que atenta contra os princípios da administração pública.
- 44 Terceiro não enquadrado ou não equiparado à definição de agente público que obtiver vantagem decorrente de ato ímprobo será responsabilizado culposamente, ainda que tenha agido de boa-fé e sem ciência da origem ilícita do proveito auferido.

Como um país pode salvaguardar a sua memória? O museu é o lugar onde se guardam coisas que são importantes para a história de um país, de uma época e de um povo. O museu perpetua um conhecimento adquirido através da pesquisa, preservação e a divulgação de bens materiais e imateriais. Quando vamos a um espaço como esse, o museu cumpre um papel social e educativo de transmitir cultura para a sociedade. É um relicário de nossas memórias enquanto humanidade e seu ambiente.

Internet: <<https://vestibular.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue o item a seguir.

- 45** O trágico incêndio ocorrido no Museu Nacional em setembro de 2018 chama a atenção para a necessidade de preservar e proteger os bens históricos e culturais tanto por causa de seu valor para a memória do país quanto para combater o tráfico internacional desses bens.

A respeito da desigualdade social no Brasil contemporâneo, julgue os próximos itens.

- 46** Sinais recentes de encolhimento do bônus demográfico — período fundamental para o desenvolvimento econômico no qual a população ativa se encontra na faixa etária de 15 anos a 64 anos de idade — são alerta para o Brasil, pois o país corre o risco de se tornar envelhecido antes mesmo de superar problemas relacionados à pobreza e à desigualdade social.
- 47** Ainda que a desigualdade social persista na realidade brasileira, nos últimos dois anos, milhares de pessoas saíram da linha de pobreza e, consecutivamente, o número de pessoas pobres no país foi reduzido.

Os últimos dados do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) mostram que Pernambuco avançou mais uma vez e obteve média 4,0 — superando a média nacional de 3,5 — e atingiu a meta estabelecida pelo MEC. Vale ressaltar que o estado registrou evolução no crescimento em todas as edições desse índice e também atingiu a meta do MEC em todos os anos, destacando-se mais uma vez nacionalmente no ensino médio.

Internet: <www.diariodepernambuco.com.br> (com adaptações).

Com referência ao assunto abordado no texto, julgue os itens que se seguem.

- 48** Segundo a imprensa local, os índices alcançados pelo estado de Pernambuco na educação básica estão associados, entre outros fatores, à instituição, no estado, da maior rede de ensino integral do país.
- 49** De acordo com dados oficiais, entre os fatores que contribuíram para que o estado de Pernambuco alcançasse os resultados mencionados no texto incluem-se a redução das taxas de abandono escolar, das distorções de idade/ano escolar bem como das diferenças de proficiência entre escolas de nível socioeconômico alto e baixo.

Três anos após testemunhar o maior desastre socioambiental do mundo em barragens de mineração, ocorrido na cidade de Mariana – MG, o Brasil viu a história se repetir em outro município mineiro, Brumadinho.

A respeito desses desastres ambientais, julgue o próximo item.

- 50** O enrijecimento da legislação é indispensável para prevenir desastres como os de Mariana e de Brumadinho, já que as leis brasileiras são brandas e impedem a atuação mais efetiva dos órgãos de controle dessas barragens, os quais dispõem de corpo técnico especializado suficiente para a fiscalização das mineradoras.